

O que há é um jogo fechado entre intermediários e o Banco Central

Raphael de Almeida Magalhães



É sempre sinuoso e cambiante o raciocínio dos que defendem o atual esquema da dívida interna — o "open market" à brasileira. Falam como se, de fato, existisse um mercado ou como se ele fosse, de fato, instrumento de política monetária. O que há, de verdade, é um jogo fechado entre os intermediários financeiros e o Banco Central. Mais nada. É uma inacreditável subversão conceitual. E o Banco Central e não o mercado que fixa a taxa de juro. Em compensação, é o mercado, e não o Banco Central, que controla, em última instância, a emissão de moeda.

Esse paradoxo (até o ex-ministro Mário Henrique Simonsen reconheceu sua existência) deve-se ao fato de a dívida não ser dívida mas sim moeda. O que é negociado, dia a dia, entre o Banco Central e os intermediários é a taxa de remuneração da moeda em poder dos agentes econômicos. Essa remuneração supera a inflação. Garante renda real aos titulares do dinheiro. O devedor é o Tesouro Nacional. Isto é, o governo. Isto é, o povo brasileiro. O que implica um processo perverso de transferência de renda do setor público para o setor privado e dos assalariados para os poupadores. Para não falar na ótica dos próprios monetaristas, na inviabilização de qualquer política monetária restritiva.

É impossível inventar um sistema cartorial tão ilustrativamente injusto e tão amplamente iníquo como o do nosso mercado aberto. Não obstante, o sistema tem afortunados defensores. São os defensores da recessão como estratégia de combate à inflação que instigam o futuro governo à impopularidade. Mas que não admitem qualquer modificação no esquema da dívida interna. Nem muito menos qualquer coisa que se pareça com congelamento de preços e salários. Ainda que no contexto de um grande acordo social e político.

Os argumentos variam. Vão desde a defesa intransigente das taxas elevadíssimas para evitar a hiperinflação e o descontrolo final da economia até os que vêem nessa prática a única maneira de o governo financiar o seu "déficit". Para não falar nos que o consideram um anteparo para conter o valor do dólar no paralelo. Esse "menu" diversificado de argumentos fecha, finalmente, com a advertência de que qualquer alteração no "over" desestruturaria o mercado de títulos públicos constituído a partir de 1964.

Parece até, diante dos argumentos, que a inflação foi contida. Mas a verdade é que as taxas elevadíssimas do "over" foram ineficazes. Provocaram enorme liquidez graças à altíssima renda real desfrutada pelos aplicadores. E, conseqüentemente, tornaram, sempre, inócuas as políticas monetárias restritivas

que o governo adotou desde o Plano Verão, quando começou a orgia da elevação das taxas de juro do "overnight" como instrumento de combate à inflação.

Se não serviu para esfriar a demanda e assim contribuir para o controle efetivo da inflação serviu, certamente, para aumentar o "déficit" público e para enriquecer os mais ricos. Atende como uma luva ao discurso doutrinário que elegeu o Estado como o inimigo a destruir. Pois simboliza o Estado deficitário, o Estado devedor irresponsável, o Estado perdulário. E, de quebra, atende aos interesses concretos dos poderosos cujo dinheiro é remunerado à custa da coletividade. É a dívida pública que alimenta o "déficit" público e não o contrário. Para comprovar leia-se o relatório sobre a execução orçamentária editado pelo Ministério da Fazenda. Nele fica demonstrado que o governo está gastando menos do que arrecada. Há um superávit primário, alcançado mediante cortes drásticos do gasto público — pessoal, custeio e investimento. Pode-se imaginar a extensão do corte se considerarmos que a receita disponível caiu, em termos reais, em mais de 10%. Para não falar no aumento das transferências para os estados e municípios determinado pela nova Constituição. Mesmo assim, o "déficit", o operacional, é inferior a 3% do PIB. E a dívida pública é inferior a 15% do PIB. Estas cifras demonstram que estamos nos afogando num copo de água. Inaceitável é a dívida ser moeda remunerada. O inadmissível são os juros abonados ao dinheiro aumentarem a dívida pública. O escandaloso são os beneficiários não aceitarem discutir o destino de uma dívida que é moeda para acabar com um "déficit" que é alimentado pela dívida.

E, assim, uma falácia atribuir-se a inflação ao excesso de demanda resultante do gasto público. Como é um engodo insistir na demissão de servidores. A despesa de pessoal caiu drasticamente. As sucessivas greves de servidores federais é a maior prova. As despesas de investimento estão praticamente zeradas. Basta olhar em volta e contabilizar o número de obras públicas em andamento. As despesas de custeio foram radicalmente enxugadas. Entrem em qualquer repartição federal. Nelas terão a prova.

Inflação que se combate pela via da recessão é que deriva, no essencial, do excesso de gasto público ou do excesso de massa de salários. Entre nós não há excesso de gasto público. Há, pelo contrário, insuficiência de gasto público. Nem há excesso de salários. Há, de novo, e pelo contrário, uma perda significativa de salários, mesmo com a correção mensal, decorrente da escalada inflacionária. Nunca, como agora, como dizia o Milor Fernandes, está faltando tanto mês no final do salário.

A dívida pública remunerada alimenta muito mais o consumo que o gasto público ou a massa de salário. E, sobretudo, imuniza a renda e a riqueza dos poderosos contra os efeitos da inflação. E lhes permite,

para proteção dos seus interesses, exigir uma política recessiva baseada no corte adicional do gasto público e na queda da massa de salários. Pois, com o "overnight" intocado, mesmo em recessão, seus ganhos não seriam atingidos.

Recessão como estratégia para deter a inflação é uma provocação. A resposta dos sindicatos será implacável. Justamente implacável. Acabar com a inflação é do interesse estrito dos trabalhadores. Mas não, como sempre, à custa do salário e do emprego.

O presidente tem, isto sim, autoridade para con-

vocar os atores sociais para discutir com eles um programa de controle da inflação. E neste diálogo associar os atores políticos. Pois, desde muito tempo, a inflação deixou de ser uma questão do Estado para se transformar num tema da sociedade. E é com ela que o presidente deve dialogar. Até mesmo para fixar responsabilidades. E não com tecnocratas fracassados. Diretamente ou através de seus discípulos. Menos ou mais venturosos.

Raphael de Almeida Magalhães é ex-ministro da Previdência Social.